

A BASE DO PENSAMENTO SOCIAL NO INÍCIO DA PÓS MODERNIDADE

Bernardo Goytacazes de Araujo¹

bernardogoytacazes@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais e Aplicadas

RESUMO

A busca pelo entendimento da dinâmica social, sempre foi um grande feito almejado pelas sociedades ao longo do tempo. A sociedade como um organismo vivo e dinâmico, pleno a ser desvelado, ao mesmo tempo em que o pesquisador, é o alvo pesquisado, produzindo uma reflexão repleta de diversidades, profundamente favorável, a heterogeneidade do conjunto social formado. Entretanto, a Sociologia, como campo delimitado e científico do conhecimento, surge em meados do século XIX, na Europa, no quadro das grandes Revoluções Sociais e Burguesas dos séculos XVIII e XIX, mudando os panoramas econômico e político da sociedade. Neste trabalho objetivou-se demonstrar as modificações na sociedade, na esteira das Eras das Revoluções, constatando seu início, e as bases que permitiram a alteração desta dinâmica social até os dias atuais. O referencial teórico fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, com levantamento das consequências das revoluções e das mudanças sociais, para a Europa pós-moderna, e também seus desdobramentos mundiais, que modificaram as relações estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: revoluções burguesas; pensamento social; pós modernidade.

1. INTRODUÇÃO

Buscar entender a dinâmica da sociedade atual, e o contexto social em que se vive, sempre foi um grande desafio, quase um dilema. Denota-se esse empecilho pelo fato de que se trata de um momento em que o indivíduo, componente da sociedade, empenha-se em realizar o árduo trabalho de entender a própria sociedade. Isso, talvez, o retire da imparcialidade, tão necessária às ciências em geral, para a elaboração e elucidação de suas questões (LARCEY, 2011). Não é de hoje que as ciências empreendem esforços para tentar entender, o comportamento das pessoas, na sua organização social. Tem-se como exemplo: Rousseau (1978); Hobsbawm (2011); Marx (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017); Weber (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017) e Durkheim (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

¹ Professor do curso de Direito. da Faculdade Vértix Trirriense – Três Rios – RJ.

O caminho para se chegar à elaboração científica de um pensamento social, não foi simples e o contexto para o seu surgimento, principalmente no final da Idade Moderna e início da pós-moderna, ocorre na esteira das grandes mudanças de cunho produtivo-econômico e político, conforme aponta Eric Hobsbawm (1996). A Europa Ocidental passava por maciças transformações sociais oriundas das transformações nas suas estruturas basilares (HOBSBAWM, 1996). Neste mundo, em meados do século XVIII e início do XIX, as transformações foram ditadas pela Revolução Industrial, já as questões políticas e ideológicas foram no final do século XVIII, construídas pela Revolução Francesa (HOBSBAWM, 1996).

As grandes transformações sociais não costumam acontecer de maneira súbita, sendo quase imperceptíveis para aqueles que nelas estão imersos. Mesmo os sistemas filosóficos e científicos inovadores entrelaçam-se a tal ponto com os que os antecedem que é difícil pensar em termos de rupturas radicais. Ainda assim, começara a despontar desde a Renascença a consciência de que uma linha distintiva separava os novos tempos do que veio a se chamar Medievo. Mudanças na organização política e jurídica, nos modos de produzir e de comerciar exerciam um mútuo efeito multiplicador e geravam conflitos ideológicos e políticos de monta (HOBSBAWM, 1996, p.7).

O avanço do Capitalismo, como modo de produção dominante, foi produzindo um desmonte gradual das antigas estruturas existentes, alterando tanto a vida como o modo de existência das pessoas (QUINTANEIRA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017). Ou seja, definitivamente, o feudalismo estava suplantado e a nova força motriz do capital, expandia suas ações, demandando um maior campo de atuação de seus partícipes nas decisões políticas, sociais, filosóficas, morais e religiosas, assim como uma gama de investimentos maiores, para que a produção pudesse galgar patamares ainda mais rompanes, que não apenas focassem no mercado interno, mas já pensando na internacionalização de produtos, que seria um grande alvo a que os ingleses buscariam:

[...] para um trabalhador ou camponês, qualquer pessoa que possuísse uma propriedade era um "cavalheiro" e membro da classe dominante, e, vice-versa, o status de nobre ou de gentil homem (que dava privilégios políticos e sociais e era ainda de fato a única via para os mais altos postos do Estado) era inconcebível sem uma propriedade. Na maioria dos países da Europa Ocidental, a ordem feudal implícita nessa maneira de pensar estava ainda muito viva politicamente, embora fosse cada vez mais obsoleta em termos econômicos. De fato, sua própria obsolescência econômica, que

fazia com que os rendimentos dos nobres e cavaleiros fossem ficando cada vez mais para trás em relação ao aumento dos preços e dos gastos, levava a aristocracia a explorar com intensidade cada vez maior seu único bem econômico inalienável, os privilégios de status e de nascimento (HOBSBAWM, 1996, p.11).

Portanto, objetiva-se com este artigo, uma análise acerca do surgimento da Sociologia, assim como a fundamentação econômica e política, das mudanças sociais vigentes na Europa, pós revoluções burguesas e suas consequências até os dias atuais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A globalização, iniciada por portugueses e espanhóis, deixava a sua marca na expansão de novos mercados consumidores. O desenho deixado nos idos dos séculos XV até o XVII marcaram, profundamente, a expansão de novas colônias (GALEANO, 2011).

Os países mercantilistas prioritários se lançaram ao mar, de uma forma, que as “descobertas” renderam-lhes inúmeros e incalculáveis benefícios (GALEANO, 2011). Entretanto, Portugal e Espanha quase não produziam elementos, mas sim comercializavam aquilo que eles buscavam na estruturação das rotas comerciais com as Índias (GALEANO, 2011). Criou-se um novo marco no abastecimento das demandas do Ocidente, trazendo das rentáveis rotas Orientais, todas as especiarias necessárias, além de tecidos e iguarias. Ao mesmo tempo, vai se criando uma demanda de tentar empreender para produzir mais próximo, gerando renda internamente, e não tendo os custos de buscar essa produção tão longe (GALEANO, 2011). A manufatura começa a sofrer investimentos que vão levá-la a um patamar diferente, a ponto de abrir um espaço para a Inglaterra e que culminará numa grande revolução de produção.

Não obstante, qualquer que fosse seu status, as atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante. O Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII, a Grã-Bretanha, devia plenamente o seu poderio ao progresso econômico, e por volta da década de 1780 todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam, conseqüentemente, fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável (HOBSBAWM, 1996, p. 14).

Através do exposto, percebe-se que o espírito secular vai impregnando as diferentes esferas da atividade humana. Vai-se generalizando, paulatinamente, a certeza de que o destino dos homens está implicitamente ligado às suas ações e escolhas. Críticas à educação tradicional nas antigas universidades católicas, vão levando à substituição do estudo da Teologia pelo da Matemática e da Química, ou seja, saem as “metafísicas” e entram as “físicas” (ARANHA, 2006). Portanto, o mundo deixa de ser menos supralunar para focar mais no plano terrestre, na dinâmica da terra. A mudança no perfil educacional, foi promovendo a dessacralização da natureza e passa a ser vista como algo a serviço dos seres humanos e que esses estão em plena posse da sua exploração (ARANHA, 2006). Muda-se a perspectiva de observação do processo e da forma pela qual o humano vai interagindo com o meio a sua volta, em todos os aspectos (MANACORDA, 2010).

3. METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa que objetiva esclarecer a origem do pensamento sociológico, houve um intenso aprofundamento na doutrina e, conseqüentemente, na história das bases do pensamento social, conseqüentemente, dos fatos que influenciaram na Sociologia pós moderna. Houve uma revisão bibliográfica buscando os fundamentos para as mudanças sociais e econômicas dos séculos XVIII e XIX.

Essa revisão bibliográfica com uma abordagem histórica balizou-se através das seguintes obras: “História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil” (ARANHA, 2006); “As veias abertas da América Latina” (GALEANO, 2011); “ 1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado”; “A era das Revoluções” (HOBSBAWM, 1996); “Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo” (HOBSBAWM, 2011); “ imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas” (LACEY, 2016) “Segundo tratado sobre o governo civil” (LOCKE, 2014); “História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias”

(MANACORDA, 2010); “Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim, Weber” (QUINTANEIRO; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017); “Do Contrato Social: Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (ROUSSEAU, 1978); “Jean-Jacques Rousseau: A transparência e o Obstáculo” (STAROBINSKI, 1991); “Max Weber e a Epistemologia da Sociologia” (VÉLEZ, 2020) e “Teoria da Justiça: uma introdução axiológica ao estudo do Direito (VÉLEZ, 2021).

Este artigo reflexivo trata acerca do novo escopo de sociedade produzindo uma nova forma de se entender a sociedade pós-moderna (QUINTANEIRA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

Visto isso, a classificação de materiais delineou-se de forma bibliográfica com uma abordagem histórica e analítica sobre os fatos. Tal análise, balizou-se em formato textual, porquanto qualitativa, tendo como finalidade a técnica explicativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Sociologia surge emergindo de uma sociedade completamente em ebulição. Há o levantamento da hipótese de como os avanços e demandas foram crescendo, ao longo de toda a Europa, e com diversas medidas que foram sendo adotadas, durante séculos pelo governo Britânico, a Grã-Bretanha começou a tomar a dianteira em um processo de aumento da produção manufatureira (HOBSBAWM, 2011). Houve um forte investimento, já no século XVII/XVIII na produção de novas tecnologias produtivas, como o vapor para tocar a produção e a introdução de novas máquinas acionadas por estas novas forças. Ratifica-se o exposto através da seguinte frase de Hobsbawm (1996, p. 20):

O que significa a frase ‘a revolução industrial explodiu’? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a “partida para o crescimento auto-sustentável”. Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção.

O desenvolvimento de alto-forno possibilitou um imenso crescimento dos elementos de ferro e aço. O avanço do proletariado e das fábricas crescem as pressões sociais, tanto por melhores condições de vida, como de trabalho. Os céus das grandes cidades, que eram centros industriais, começaram a ficar repletos de fumaça. O ritmo de crescimento das chaminés, apontavam que o aumento da poluição significava “crescimento e desenvolvimento” (QUINTANEIRA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

Segundo Hobsbawm (2011) a Grã-Bretanha forneceu o modelo das ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não Europeu. Ainda de acordo com o autor supramencionado, as ferrovias tiveram importante papel de destaque, pois além de conseguir carregar uma maior quantidade de matéria prima para os centros de produção/fábricas, conseguiam transportar os produtos aos portos com mais agilidade. Logo os “cavalos mecânicos” colocaram a logística de entrega de produtos, num patamar nunca antes alcançado.

Cabe também salientar a importância na migração das forças de trabalho, dos campos para as cidades. O êxodo rural fora ocorrendo ao longo dos anos, com foco no cercamento dos campos, para produção em larga escala de algodão e lã, cujos seriam matéria prima principal para o desenvolvimento da manufatura inglesa (HOBBSAWM, 2011). Assim, os campos passaram a contar com certa mecanização. Portanto, as cidades começam a receber uma quantidade enorme de pessoas, sem todas as condições de urbanização suficientes, e sem habitações consideráveis, ocasionando um grande processo de favelização e vulnerabilidade. Ratifica-se a assertiva anterior através do fato de que,

As cidades, receptoras desses fluxos contínuos, foram crescendo acelerada e desordenadamente. Cenário de feiras periódicas, elas recebiam pequenos produtores locais e mercadores estrangeiros e, sob o manto de sua intensa atividade, albergavam uma população de mendigos, desocupados, ladrões, saltimbancos, piratas de rios e de cais, traficantes e aventureiros em busca de todo tipo de oportunidades. A cidade acenava a todos com a possibilidade de maior liberdade, proteção, ocupação e melhores ganhos, embora para muitos, tais promessas não chegassem a cumprir-se. No carregado ambiente urbano, a pobreza, o alcoolismo, os nascimentos ilegítimos, a violência e a promiscuidade tornavam-se notáveis e atingia m

os membros mais frágeis do novo sistema, particularmente os que ficavam fora da cobertura das leis e instituições sociais (QUINTANEIRA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017, p. 9).

Outro importante aspecto a se destacar na nova dinâmica das (urbis) cidades, e de seus cidadãos “urbanizados”, era a questão do tempo. Antes, do nascer ao pôr do Sol eram os tempos claros do trabalho e a intensidade do verão mais produtiva que o rigoroso inverno. Agora, dentro das fábricas, essas dinâmicas se alteram, pois a disponibilidade da energia, como força motriz, e a luz elétrica, fazem a disponibilidade do chão de fábrica se estender por mais de 16h/dia, tornando a jornada de trabalho, absurdamente mais exaustiva e degradante do que era no campo (HOBBSAWM, 2011). O empresariado passa a pagar por horas trabalhadas, de seus funcionários, e passa a exigí-las de forma mais eloquente e tenaz. O nível das exigências chega a tal ponto, que a insustentabilidade social eclode por meio de revoltas, debandadas e manifestações, sendo os sindicatos, a maior resultante desse processo organizacional dos trabalhadores, ao longo dos séculos XIX e XX.

Anexo as mudanças que já começavam a ocorrer no processo produtivo, a burguesia chegava ao poder, ou o organizava para que pudesse ditar novas regras de condução (HOBBSAWM, 1996). Tal fato é igualmente importante, pois as conduções das regras que irão vigorar, passam a ser geridas por aqueles que produzirão. Outrossim, um movimento de independência, muito importante e que ressaltará também a nova forma de se esquadrihar o mundo moderno, será a independência dos Estados Unidos em 4 de julho de 1776.

Entretanto, quem mais deu apoio aos Estados Unidos, neste processo de independência, contra os Ingleses, foram os Franceses, e muito por isso, já estarão implícitos ali, os conceitos iluministas pré-revolucionários, que irão estremecer as estruturas na França, treze anos depois (GOMES, 2015). A independência dos EUA inaugurou, no continente americano, uma nova forma de se olhar aquelas terras, e que trará também uma onda de independências, dentre elas, a do Brasil em 1822, sendo os EUA, o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em contraste com Portugal (GOMES, 2015). Segundo Gomes (2015), o lema “A América para os americanos” promoverá uma “expulsão dos colonizadores” desse continente, por

meio dessa onda de independências. Sai o colonizador europeu, principalmente portugueses e espanhóis e entra o novo grande irmão do Norte.

Outra grande contribuição é que resultou na forma diferenciada de se entender a política, neste contexto social, foi a Revolução Francesa de 1789 (HOBSBAWM, 1996). Foi uma gigantesca mudança, advinda da onda iluminista que varria a Europa, atualizando as ideias do Racionalismo cartesiano, em que as pessoas passaram a compreender a subjetividade de sua existência, assim como a ancoragem da mesma, não mais em questões divinas, mas na própria razão humana. Nesse sentido,

A confiança na razão e na capacidade de o conhecimento levar a humanidade a um patamar mais alto de progresso, regenerando o mundo através da conquista da natureza e promovendo a felicidade aqui na terra, tornou-se bandeira e símbolo do movimento de crítica cultural que marca o Iluminismo (QUINTANEIRA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017, p. 13).

Sob os auspícios da razão, imbuídos de uma maior capacidade de busca e produção do conhecimento, a humanidade foi capaz de eleger três pilares revolucionários como: a igualdade, a liberdade e a fraternidade (HOBSBAWM, 1996). Apesar de serem valores diversos e “muito caros” a sociedade capitalista, pós chegada de Napoleão ao poder, vemos as bandeiras tricolores se espalharem pelo mundo, exaltando esses valores e essas vertentes, em toda formação de Estados Modernos, por diversos continentes. A burguesia assume o poder e seus valores passam a vigorar, não só na estruturação econômica, que já estava vigente desde a Revolução Industrial, mas também agora na versão política (HOBSBAWM, 2011). É o coroar de um processo que ficará conhecido como revoluções burguesas, e com isso nem o mundo, e nem as sociedades que nele vivem, serão mais as mesmas, tomando esse ângulo de análise.

Jean Jacques Rousseau, filósofo francês do século XVIII (1712-1778) vai destacar que ao fazer surgir o poder da lei, nesta sociedade burguesa emergente que guilhotinará o antigo regime, ela fará legítima a desigualdade, promoverá a injusta distribuição da propriedade e da riqueza, gerando a essa desigualdade “como resultado normal” e também a submissão, a violência, os roubos, a usurpação das pessoas (ROUSSEAU, 1978), por aqueles que dominam os meios que possuem. A

propriedade privada, para o autor, será o grande motor das desigualdades sociais. Os homens nascem bons, segundo ele, mas a sociedade é quem o corromperá.

Antes que tivessem inventado os sinais representativos das riquezas, elas só podiam consistir em propriedades e animais, os únicos bens reais que os homens podiam possuir. Ora quando as heranças cresceram em números e em extensão, a ponto de cobrir todo o solo, e tocaram-se umas às outras, uns só puderam prosperar a expensas dos outros, e os supranumerários, que a fraqueza ou a indolência tinham impedido por seu turno de as adquirir, tendo se tornado pobres sem nada ter perdido, porque, tudo mudando à sua volta, somente eles não mudaram, viram-se obrigados a receber ou roubar sua subsistência da mão dos ricos. Daí começaram a nascer, segundo os vários caracteres de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e os roubos (ROUSSEAU, 1978, p.269)

Entretanto, fica o questionamento de quem corrompeu o primeiro homem, ou agrupamento social, já que todos eram bons? Desta maneira, a propriedade provada surge como este “mal social” promovedor desta desigualdade.

Pois na medida em que a sociedade é obra do homem, deve-se admitir que o homem seja culpado e carrega a culpa de todo o mal que fez a si mesmo; mas, por outro lado, na medida em que o homem não deixa de ser um filho da natureza, ele conserva uma inocência indestrutível. Como conciliar a afirmação: ‘O homem é naturalmente bom’ e esta outra: “Tudo degenera entre as mãos do homem (STAROBINSKI, 1991, p. 31).

Essa visão vai reverberar fortemente ao longo de toda a Revolução Francesa (1789-1799), contrapondo em cheio a visão Iluminista que vigorou na Inglaterra um século antes, com John Locke, pai do liberalismo moderno e defensor ferrenho da propriedade privada em seu livro do Segundo Tratado sobre o Governo Civil, o Estado deveria não só ser promotor da paz, e da conservação da vida humana, assim como defensor da propriedade privada de cada um dos seus cidadãos. “O homem nasce livre e por toda parte encontra-se a ferros. O que crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles” (ROUSSEAU, 1978, p. 22), através desta assertiva de Rousseau, entende-se que há dentro do grupo dos contratualistas uma positiva visão de discussão de ideias, acerca do homem, da liberdade, da propriedade, do Estado de natureza e da sociedade civil, que irá culminar nos debates sociais do final do Século XVIII e início do XIX.

“Além do impacto das mudanças provocadas pela Revolução Industrial, atribui-se à Revolução Francesa, [...] um extraordinário impulso para que o modo

sociológico de investigar e interpretar a realidade social se tornasse possível” (QUINTANEIRA; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017). A Sociologia vindoura destas transformações sociais será uma nova ciência, que de princípio, levará em conta a física social e a filosofia social. Esse saber sociológico passou, nos seus primórdios ao longo do século XIX, por uma espécie de reducionismo adaptativo da natureza, baseado na fisiologia social de Saint Simon, assim como na física social de Augusto Comte, herdada de um pensamento matematicamente politizado, conforme defesa feita por Ricardo Vélez, (2020, p. 3), em seu artigo sobre Max Weber e a epistemologia da Sociologia.

É esse movimento de ideias - que alcança seu ponto culminante com a Revolução Francesa e o novo quadro sociopolítico por ela configurado - que terá um impacto decisivo na formação da Sociologia e na definição de seu principal foco: o conflito entre o legado da tradição e as forças da modernidade. A ideia de liberdade passou, então, a conotar emancipação do indivíduo da autoridade social e religiosa, conquista de direitos, e autonomia frente às instituições. A burguesia europeia ilustrada acreditava que a ação racional traria ordem ao mundo, sendo a desordem um mero resultado da ignorância. Educados, os seres humanos seriam bons e iguais.

Outrossim, quando se relata que a Sociologia se apresenta como um estudo da sociedade, ou das sociedades humanas em geral, busca-se em amplo aspecto as sociedades modernas e suas imbricações, entretanto também é cabível a análise de contextos antigos, como os grandes impérios Romano, Otomano, Sacro Império, dentre outros, que foram profundamente sustentados pela agricultura, assim como pequenas comunidades agrícolas, que ainda viviam em situação tribal, tal como alguns dos indígenas ainda intocados na Amazônia Brasileira (GALEANO, 2011).

A análise dos contextos sociais, que permeiam as organizações humanas, em qualquer tempo ou período, se tornou possível pelo viés científico da Sociologia, que adota diferentes métodos para essa análise. Portanto, corrobora-se na visão de que Augusto Comte tenha sido o grande “Pai” deste início de sistematização, como Émile Durkheim tenha se tornado o primeiro grande sociólogo, de fato, pela instauração de uma metodologia de análise social, de forma profícua, e que tenha permitido uma sistematização científica para a mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que toda essa sistematização foi de fundamental importância para se ter, em tempos atuais, uma ciência que conjuga análise do ser humano e a sociedade em que esse se insere, assim como os principais desafios, que esta sociedade passa, ao longo dos diversos processos produtivos, e deixa as suas marcas na vida das pessoas, seja incluindo-as neste processo, ou marginalizando-as.

Independente do prisma a ser olhado, as vidas das pessoas estão profundamente interligadas e no século XXI, os fazem desafiar e pensar acerca de como o Capitalismo, em meio a suas crises e valores, vem produzindo um mundo, em que uma parte considerável da população, se encontra na miséria ou na pobreza, ao mesmo tempo, em que uma pequenina parte da população, concentra uma parte muito grande das riquezas.

Comumente ouve-se a clássica frase de que estamos todos num mesmo barco e expostos de uma mesma forma. Entretanto, tal falácia não se sustenta, pois se pode pensar que estamos sim num mesmo mar, mas em barcos, iates, caravelas, canoas, porta aviões, botes, e etc, bem diferentes. A forma como se “atravessa esse oceano” da existência humana, se difere muito, e questiona se os valores fundantes, ainda se manifestam e corroboram para o pensamento no qual sociedade deseja viver e produzir, a partir desta dinâmica social.

Por todo o exposto, conclui-se que a Sociologia se faz mister, para reestruturação das ações sociais, com ou sem seus arquétipos, ou tipos de ideais de análise, mas que se pense acerca das demandas que hoje, ainda mais se manifestam e concentram sobre as desigualdades expostas em diversas sociedades, vertendo sobre raças, etnias, povos, renda, formação, escolarização, oportunidades e marginalidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2011.

GOMES, L. **1822**: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram dom Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2015.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2011.

LACEY, H. **Imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas**. Scientiae studia, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 487-500, jan. 2016.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Editora Edipro, 2014.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

QUINTANEIRO, T.; OLIVEIRA, M. G. M.; BARBOSA, M. L. O. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**: Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

STAROBINSKI, J. **Jean-Jacques Rousseau**: A transparência e o Obstáculo. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VÉLEZ, R. **Max Weber e a Epistemologia da Sociologia**. Rio de Janeiro, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://ricardovelez.com.br/blog/max-weber-e-a-epistemologia-da-sociologia>. Acesso em 20 de jun. 2019.

VÉLEZ, R. **Teoria da justiça**: uma introdução axiológica ao estudo do Direito. Londrina: Thoth, 2021.